

Excelentíssimo Senhor RAFAEL MARQUES BATTISTI, DD. Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Palma Sola-SC.

MOÇÃO DE APELO Nº. 02/2026

EMENTA: Manifesta apoio aos produtores de leite brasileiros e solicita mobilização da bancada catarinense em defesa da cadeia produtiva leiteira nacional, mediante a aplicação das medidas antidumping recomendadas pelos órgãos técnicos competentes.

Os Vereadores da Câmara Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, apresentam a presente MOÇÃO DE APELO ao Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, Deputado Federal Ismael dos Santos, para que a bancada federal catarinense promova articulação e mobilização junto ao Congresso Nacional, ao Governo Federal e aos órgãos competentes, visando à imediata implementação das medidas antidumping recomendadas pelos órgãos técnicos em relação às importações de leite em pó provenientes da Argentina e do Uruguai, bem como à adoção de políticas públicas permanentes de fortalecimento, valorização e proteção da cadeia produtiva leiteira brasileira.

A cadeia produtiva do leite representa uma das atividades econômicas mais relevantes para o Estado de Santa Catarina e, de forma especial, para o município de Palma Sola. Trata-se de um setor fundamental para a geração de emprego, renda e desenvolvimento regional, garantindo a permanência de milhares de famílias no meio rural e contribuindo significativamente para a economia local e regional.

Recentemente, investigação conduzida pelo Departamento de Defesa Comercial (DECOM), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), concluiu pela existência de indícios consistentes de prática de dumping nas exportações de leite em pó da Argentina e do Uruguai para o Brasil, apontando margens expressivas de subvalorização comercial. O estudo técnico identificou que o produto importado vem sendo comercializado em condições que provocam desequilíbrio concorrencial e impactos negativos sobre a produção nacional.

Conforme apontado na investigação, fatores como subsídios, incentivos fiscais e mecanismos de apoio governamental existentes nos países exportadores contribuem para a formação de preços artificialmente reduzidos, comprometendo a competitividade dos produtores brasileiros e gerando prejuízos ao setor leiteiro nacional.

Apesar da recomendação técnica para a adoção de medidas antidumping, a implementação das tarifas foi temporariamente suspensa pelo Governo Federal para avaliação de interesse público. Tal decisão tem gerado preocupação entre produtores, cooperativas e entidades representativas do setor, que enfrentam um cenário de elevada pressão econômica e redução da rentabilidade da atividade.

Dados recentes demonstram o aumento das importações de leite e derivados, com significativa participação da Argentina e do Uruguai no volume total adquirido pelo Brasil. Paralelamente, produtores relatam dificuldades para cobrir os custos de produção, situação que tem provocado o encerramento de atividades, a redução dos rebanhos leiteiros e o afastamento de diversas famílias da atividade rural.

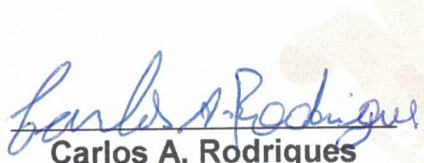
A preocupação se intensifica diante das projeções de redução nos preços pagos ao produtor catarinense, comprometendo ainda mais a sustentabilidade econômica das propriedades rurais e afetando diretamente a arrecadação e o desenvolvimento dos municípios cuja economia possui forte vínculo com a atividade leiteira.

Cabe destacar que entidades representativas do agronegócio brasileiro defendem que a adoção das medidas antidumping recomendadas pelos órgãos técnicos não deverá provocar impactos significativos ao consumidor final, especialmente porque produtos amplamente consumidos pela população, como leite UHT, queijos e outros derivados, não estão abrangidos pela investigação em questão.

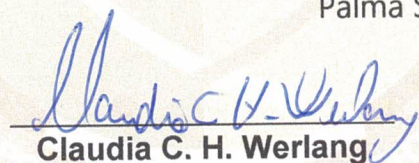
Diante desse contexto, torna-se indispensável a atuação firme e articulada da bancada catarinense no Congresso Nacional, em defesa dos produtores rurais, da competitividade da produção nacional e da preservação de uma atividade econômica essencial para milhares de famílias e para o desenvolvimento dos municípios do Oeste Catarinense.

Assim, a Câmara Municipal de Vereadores de Palma Sola manifesta seu irrestrito apoio às reivindicações do setor produtivo leiteiro e apela ao Fórum Parlamentar Catarinense para que lidere os esforços políticos e institucionais necessários à imediata implementação das medidas antidumping recomendadas pelos órgãos competentes, bem como à construção de políticas públicas permanentes de fortalecimento, valorização e proteção da cadeia produtiva do leite no Brasil.

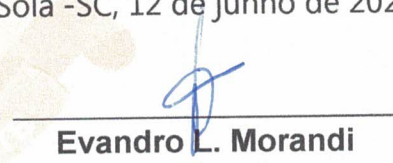
Palma Sola -SC, 12 de junho de 2026.


Carlos A. Rodrigues

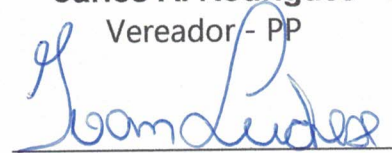
Vereador - PP


Claudia C. H. Werlang

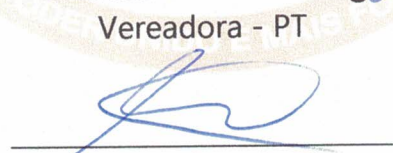
Vereadora - PT


Evandro L. Morandi

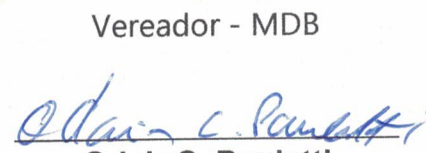
Vereador - MDB


Ivan Luchese

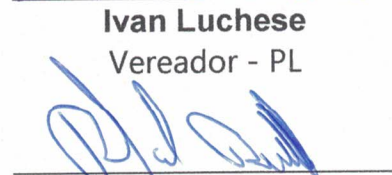
Vereador - PL


Moacir Sansigolo

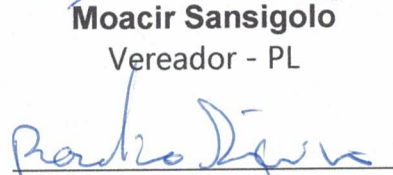
Vereador - PL


Odair C. Pauletti

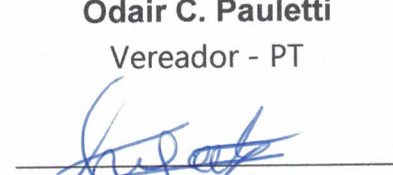
Vereador - PT


Rafael M. Battisti

Vereador - PP


Rosalino Siqueira

Vereador - MDB


Vilmar R. Goetz

Vereador - PP